



Pronunciamento do presidente da FIERGS e do CIERGS, Heitor José Müller, no 1º Fórum Sul-brasileiro de Relações do Trabalho. Salão de Convenções, 17 de abril de 2017.

SENHORAS, SENHORES :

Este Fórum expressa, pela sua dimensão, a importância das relações de trabalho no processo de desenvolvimento que se deseja para o Brasil.

Antes, a FIERGS realizou nove edições de um Simpósio estadual, com o mesmo objetivo. Essas iniciativas formaram o lastro para a mudança de abrangência que começamos hoje, quando o evento passa a reunir as três Federações de Indústrias da Região Sul.

Com muita satisfação, saúdo os companheiros presidentes das Federações de Santa Catarina, Glauco Côrte, e do Paraná, Edson Luiz Campagnolo.

O engajamento da Fiesc e da Fiep foram fundamentais para chegarmos até aqui.

O que nos move neste momento são as realidades que os empreendedores se deparam nas atividades diárias de cada organização produtiva.

Estamos diante do desafio da indústria 4.0, mas a maioria das nossas leis são 1.0. Com um século de atraso em relação ao mundo.

Hoje, temos 13 milhões e 500 mil desempregados no País, concluindo-se – de forma inquestionável – que há muitas correções a fazer no nosso sistema legal, incluindo a legislação do trabalho.

E a reativação da economia não irá repor exatamente esse número de vagas.

Ou seja : estão sendo extintos postos de trabalho pelo temor de que a sua manutenção ou reposição provoque novos passivos trabalhistas que venham a comprometer o futuro das organizações.

Isto porque as leis brasileiras não acompanham a modernização dos conceitos e da prática sobre o emprego tal como o conhecemos hoje.

Diante do descompasso, queremos mudanças que proporcionem ao País os níveis de competitividade vigentes no mercado mundial.

Nessa visão moderna, almejamos que os julgadores tenham sempre a isenção que o cargo requer, sem ideologias ou fobia empresarial.

Porém, as decisões extremadas de alguns julgadores, infelizmente ainda ocorrem no Brasil.

Aqui no Rio Grande do Sul se vê habitualmente a antecipação de tendências pelos veementes artigos e decisões – citando um caso contundente - da juíza do Trabalho Valdete Souto Severo.

Ao assinar textos como aquele publicado recentemente, sob o título “Fora Temer”, a juíza mescla suas convicções pessoais com o cargo que exerce. Cargo este que requer equidade e neutralidade.

Essa atitude, da juíza citada, em nada colabora com a necessária harmonia entre os três Poderes da República, pois ela ataca um Poder integrando outro, quando assina o texto pelo cargo que exerce de juíza do trabalho.

Como integrante dos quadros da Justiça do Trabalho, deveria preservar o equilíbrio e a equanimidade. Mas o que temos em nossos registros são sentenças extremas, felizmente reformadas em grau de recurso por seus pares que primam pela lucidez e imparcialidade.

Fazemos esse alerta para que não haja generalizações que levem a Justiça do Trabalho a ser somada às demais causas do desemprego atual e do fechamento definitivo de vagas nas empresas.

Desejamos que essa fobia aos empreendedores não tenha como desfecho a criação de um Ministério dos Desempregados no Brasil.

Recomendamos a leitura do texto do articulista J.R. Guzzo, na edição da Revista Veja de 29 de março último, no qual sob o título “Ódio à Empresa” ele descreve o pesadelo que vivem os empreendedores no que diz respeito ao reconhecimento de suas atividades.

Na última quinta-feira, ao receber o embaixador do Vietnã, tomamos conhecimento que nesse país socialista o setor industrial participa com 39% do PIB daquela nação. Enquanto isto, aqui no Brasil, as indústrias sofrem uma inexplicável campanha de destruição, em prejuízo de toda a sociedade.

Em nome do futuro, nos posicionamos pela modernização das relações trabalhistas como único caminho para a prosperidade dos cidadãos.

Não perguntem somente aos que continuam empregados, ou aos que têm estabilidade no emprego, se são favoráveis ou contrários a essa modernização.

Perguntem também aos desempregados, nas enormes filas do Sine de todo o País.

Senhoras, Senhores :

Não podemos precarizar a maioria dos brasileiros teimando em legislações antiquadas e rígidas que condenam esses milhões de compatriotas ao desemprego.

As leis precisam acompanhar a modernidade das organizações privadas.

Os empreendedores não têm garantia de mercado, nem estabilidade nas margens de venda dos produtos, nem aposentadoria integral, vivendo sob a avaliação diária dos consumidores.

E a rentabilidade ao final de cada mês não é um "direito adquirido". É uma mera hipótese.

A nenhum empregador interessa demitir pessoas, pois sinaliza seu insucesso.

E o desemprego reduz a demanda, prejudicando os negócios. Uma pessoa sem renda é um consumidor a menos.

Por isto, a geração sustentada de postos de trabalho está nos objetivos da iniciativa privada e de suas entidades representativas.

Temos o dever – todos – de criar oportunidades para o nosso povo, coerentes com o século 21 e de olho nos demais países que concorrem conosco no mercado mundial.

Este é o propósito deste Fórum.

Este é o compromisso da FIERGS, da Fiesc, da Fiep e da CNI de debatermos caminhos viáveis para a retomada do crescimento econômico e , então, para instalar o desejável processo de desenvolvimento sustentado na nossa Pátria, o Brasil.

Muito obrigado.